

São Paulo, 04 de janeiro de 2006

NOTA À IMPRENSA

Em 2005, Cesta Básica tem aumentos entre 0,15% e 16,16%

Em 2005, todas as dezesseis capitais onde o DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos – realiza, mensalmente, a Pesquisa Nacional da Cesta Básica – registraram alta no preço do conjunto de gêneros alimentícios essenciais, conforme definido no Decreto Lei 399, de abril de 1940, única legislação que estabelece parâmetros sobre produtos que devem compor uma cesta básica. Em 2004, seis localidades pesquisadas haviam registrado variação negativa no custo do mesmo grupo de produtos.

As principais elevações, na comparação entre dezembro de 2005 contra dezembro de 2004, foram verificadas em Belo Horizonte (16,16%), João Pessoa (14,64%), Recife (14,08%), Curitiba (13,48%) e Aracaju (10,65%). Os menores aumentos foram apurados em Goiânia (0,15%) e Natal (3,13%).

Mesmo com elevação em todas as capitais, o tempo de trabalho necessário para quem é remunerado pelo salário mínimo adquirir os produtos básicos caiu em 2005. Em dezembro, a compra dos gêneros de primeira necessidade, na média das 16 capitais, exigia o cumprimento de uma jornada de 117 horas e 29 minutos. Em dezembro de 2004 eram necessárias 124 horas e 48 minutos, uma diferença de cerca de sete horas entre os dois anos.

Apenas em Belo Horizonte a alta apurada no custo dos gêneros essenciais supera o aumento concedido ao salário mínimo (15,4%). Justamente por isso, a capital mineira é a única cidade onde a jornada de trabalho necessária para adquirir a cesta básica é superior em dezembro de 2005 (129 horas e 43 minutos) à exigida em igual período, em 2004 (128 horas e 51 minutos).

Nos dois anos, a capital que registrou o maior valor para a cesta básica, em dezembro, foi Porto Alegre, onde a compra dos gêneros essenciais comprometia, em dezembro de 2004, uma jornada de 147 horas e 52 minutos, ao passo que no último mês de

2005 necessitava de 140 horas e 17 minutos. A menor jornada, em 2004, foi apurada em Recife (104 horas e 04 minutos) e em 2005, em Fortaleza (97 horas e 34 minutos).

Também é menor, em dezembro último, o comprometimento do salário mínimo líquido – após a dedução da parcela referente à Previdência Social – na aquisição da cesta básica que ficou, na média das 16 capitais, em 57,83%, enquanto em 2004 correspondia a 61,43%.

Comportamento em dezembro

Em dezembro de 2005, apenas quatro capitais apresentaram recuo no preço da cesta, na comparação com os dados de novembro: Florianópolis (-1,53%), Recife (-0,69%), São Paulo (-0,67%) e Natal (-0,32%). As outras 12 localidades registraram aumentos, os mais significativos apurados em Porto Alegre (7,12%), João Pessoa (6,17%), Aracaju (4,96%) e Belém (4,53%).

A capital gaúcha registrou, também, em dezembro, o maior valor para o preço dos produtos alimentícios de primeira necessidade (R\$ 191,30). Em São Paulo, a cesta custou R\$ 183,43; no Rio de Janeiro, R\$ 178,09; em Brasília, R\$ 177,20; em Curitiba, R\$ 176,92 e em Belo Horizonte, R\$ 176,88. Os menores valores foram encontrados em Fortaleza (R\$ 133,04), Natal (R\$ 135,92) e Salvador (R\$ 136,20).

Com base no maior valor apurado para a cesta básica e levando em consideração o preceito constitucional que estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para suprir as necessidades de um trabalhador e de sua família com alimentação, moradia, saúde, transportes, educação, vestuário, higiene, lazer e previdência, o DIEESE estima, mensalmente, o salário mínimo necessário que deveria corresponder, em dezembro, a **R\$ 1.607,11**, ou seja, 5,36 vezes o piso vigente de R\$ 300,00. Apesar de o valor do salário mínimo necessário ser o maior do ano e superior ao de dezembro de 2004 (R\$ 1.468,08), o mínimo de dezembro de 2004 equivalia a 5,64 salários de então (R\$ 260,00). Em novembro, o mínimo necessário deveria ser de R\$ 1.551,41, 5,17 vezes o piso em vigor.

Em comparação com novembro, o tempo de trabalho necessário para a aquisição da cesta básica aumentou em mais de duas horas, passando de 115 horas e 03 minutos, em novembro, na média das dezesseis capitais, para 117 horas e 29 minutos. O mesmo

comportamento pode ser visto ao se comparar o percentual do salário mínimo líquido comprometido na compra dos gêneros essenciais, que passou de 56,63% para 57,83%.

TABELA 1
Pesquisa Nacional da Cesta Básica
Custo e variação da cesta básica em dezesseis capitais
Brasil – Dezembro 2005

CAPITAL	VARIAÇÃO ANUAL (%)	VALOR DA CESTA (R\$)	VARIAÇÃO MENSAL (%)	PORCENTAGEM DO SALÁRIO MÍNIMO LÍQUIDO	TEMPO DE TRABALHO
BELO HORIZONTE	16,16	176,88	2,68	63,84	129h 43min
JOÃO PESSOA	14,64	144,60	6,17	52,19	106h 02min
RECIFE	14,08	140,31	- 0,69	50,64	102h 54min
CURITIBA	13,48	176,92	2,51	63,86	129h 44min
ARACAJU	10,65	145,30	4,96	52,45	106h 33min
FLORIANÓPOLIS	9,66	172,62	- 1,53	62,31	126h 35min
PORTO ALEGRE	9,47	191,30	7,12	69,05	140h 17min
VITÓRIA	8,68	165,61	0,11	59,78	121h 27min
SALVADOR	8,23	136,20	1,20	49,16	99h 53min
RIO DE JANEIRO	7,69	178,09	1,01	64,28	130h 36min
FORTALEZA	6,66	133,04	2,09	48,02	97h 34min
SÃO PAULO	6,52	183,43	- 0,67	66,21	134h 31min
BRASÍLIA	5,02	177,20	2,43	63,96	129h 57min
BELÉM	4,72	156,77	4,53	56,59	114h 58min
NATAL	3,13	135,92	-0,32	49,06	99h 40min
GOIÂNIA	0,15	149,12	2,91	53,82	109h 21min

Fonte: DIEESE

Comportamento dos preços

Se, em novembro, apenas dois produtos foram determinantes para a alta apurada na cesta básica, em dezembro o comportamento altista foi mais disseminado, atingindo a maior parte dos itens pesquisados nas diferentes capitais.

Um dos destaques do mês foi o açúcar cujo preço subiu em 13 capitais, lideradas por Florianópolis (8,80%) e Belém (8,57%). As três capitais onde a variação foi negativa foram João Pessoa (-3,39%), Recife (-0,79%) e Vitória (-0,78%). Também no período anual, houve predomínio da elevação do preço do produto, comportamento apurado em 11 localidades, em especial em Aracaju (38,17%), João Pessoa (17,53%) e Recife (11,50%). As reduções mais expressivas foram verificadas em Belo Horizonte (-9,40%), Belém (-8,43%) e Vitória (-6,62%). Tal comportamento justifica-se, pois os preços do açúcar estão em elevação internacionalmente, com repercussão no mercado interno, onde ainda enfrenta a concorrência da produção do álcool combustível.

O preço do arroz subiu em dezembro, em nove capitais, após apresentar, por mais de um ano, tendência de queda. As altas mais significativas ocorreram em Aracaju (16,55%) e Fortaleza (11,55%), enquanto Belo Horizonte (-3,94%), Belém (-3,93%), Curitiba (-2,96%) e Recife (-0,69%) registraram queda. Houve estabilidade em Salvador, Brasília e Goiânia. A inversão da tendência em dezembro não impediu que, em 12 meses, os preços do produto registrassem expressiva retração em todas as 16 capitais, com quedas que variam de -41,09%, em Belém; a -11,90%, no Rio de Janeiro. Para a forte queda no preço do arroz contribuíram as isenções de impostos – PIS/Pasep e Cofins – determinadas pelo governo federal, inclusive sobre insumos da produção como adubos, fertilizantes e sementes, cujo efeito, na redução do preço, já se consolidou. No entanto, a colheita do produto está no princípio, o que aumentará a oferta e pode contribuir para redução no preço.

Após subir em 12 capitais, em novembro, o tomate voltou a apresentar alta em nove capitais, em dezembro, com aumentos expressivos em João Pessoa (30,00%), Recife (23,75%), Brasília (22,91%), Belém (20,63%) e Porto Alegre (18,18%). Em Curitiba, não houve alteração no preço do produto e seis cidades apontaram redução, com destaque para Vitória (-30,88%), Florianópolis (-21,52%) e São Paulo (-8,30%). Na comparação anual, porém, houve alta no preço do tomate em todas as 16 localidades, com variações que se situaram entre 33,12%, no Rio de Janeiro e 173,68%, em João Pessoa. As fortes oscilações no preço do tomate resultaram da irregularidade do clima em várias regiões.

A exemplo do que ocorreu em novembro, a batata, produto cujo preço é pesquisado apenas nas nove capitais do Centro-Sul do país, registrou alta em todas elas, com taxas que variaram de 22,14%, em Curitiba, a 42,70%, em Goiânia. No que se refere ao comportamento anual, também foram apurados aumentos em todas as capitais, o menor (e único inferior a 30%), em Goiânia (15,45%) enquanto os mais expressivos foram apurados em Belo Horizonte (103,92%) e Vitória (96,08%).

O feijão – que a exemplo do arroz foi beneficiado pela isenção de impostos – vinha, desde agosto, apresentando tendência de queda em seus preços. Em dezembro, porém, nove cidades registraram alta, sendo as mais expressivas em localidades onde é acompanhado o preço do feijão preto, como Vitória (11,41%), Porto Alegre (7,78%) e Florianópolis (7,51%). Entre as cidades em que houve retração, as maiores ocorreram em capitais onde é pesquisado o feijão de cores: João Pessoa (-6,96%), São Paulo (-4,44%) e Recife (-4,28%). Como a principal safra do feijão está começando a ser colhida, o produto deve ter redução em seu preço devido ao aumento da oferta. Nos últimos 12 meses, o feijão subiu em 10 capitais, com destaque para Florianópolis (21,61%), Vitória (16,96%) e Belém (16,38%).

Dentre as seis localidades onde houve redução, as mais significativas ocorreram em Goiânia (-8,93%), Salvador (-4,94%) e São Paulo (-4,84%).

O preço do óleo de soja teve, em dezembro queda em 10 capitais, em especial, Aracaju (-6,45%) e Recife (-5,94%). Em Curitiba e São Paulo, houve estabilidade e nas demais, elevações que chegaram a 5,83%, em Florianópolis, e 3,85%, em Natal. Em relação a dezembro de 2004, o preço do óleo caiu em todas as 16 capitais, com quedas que variaram entre -13,07%, em Belo Horizonte, a 27,69%, em Vitória.

O leite registrou comportamento heterogêneo, em dezembro, com retração em sete localidades, estabilidade em cinco e aumento em quatro. Os principais recuos foram verificados em Curitiba (-4,25%) e Recife (-3,76%); não houve alteração em Florianópolis, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiânia e Natal e a principal alta ocorreu em Aracaju (2,78%). Metade das capitais registrou elevação em 12 meses – as mais expressivas no Rio de Janeiro (9,30%) e Vitória (9,22%) – e as outras oito, tiveram queda – com destaque para João Pessoa (-9,38%), Curitiba (-6,72%) e Porto Alegre (-6,30%).

A farinha de mandioca, cujo preço é acompanhado nas sete capitais do Norte/Nordeste, apresentou redução em cinco delas, principalmente em Natal (-5,34%) e Recife (-4,09%), enquanto as altas ocorreram em Salvador (1,64%) e Belém (1,30%). Nos últimos 12 meses também houve redução em cinco capitais, com destaque para Aracaju (-15,09%) e Natal (-15,07%) e elevação em Recife (3,80%) e Belém (0,65%).

A carne, produto de maior peso na cesta básica, subiu, em dezembro em oito capitais e caiu em outras oito, com o maior aumento apurado em João Pessoa (6,22%) e a principal retração verificada em Brasília (-5,59%). Em doze meses, porém, seu preço elevou-se em 14 capitais, com destaque para Belo Horizonte (14,00%) e Curitiba (9,45%). Goiânia (-8,31%) e Belém (-1,10%) registraram as reduções. Como o período é de safra do produto, a redução da demanda após as festas de final de ano deve contribuir para a queda no preço deste item.

São Paulo tem redução na jornada

Em dezembro, a cesta básica apresentou recuo de 0,67%, na capital paulista, com seu custo fixando-se em R\$ 183,43, o segundo maior entre as 16 cidades pesquisadas pelo DIEESE. Em doze meses, a alta ficou em 6,52%, bem menor que o aumento concedido ao salário mínimo (15,4%), o que determinou nova queda na jornada de trabalho necessária para a compra dos bens essenciais, que passa a ser a menor desde 1982 (ver Tabela 2).

Óleo de soja (-18,92%), arroz agulhinha tipo 2 (-14,67%), farinha de trigo (-4,90%), e feijão carioca (-4,84%) foram os produtos cujos preços reduziram-se em 2005. Os outros nove itens tiveram alta no período: batata (38,81%), tomate (38,07%), café em pó (22,47%), açúcar refinado (4,80%), leite *in natura* tipo C (4,31%), manteiga (4,00%), carne bovina de primeira (2,48%), banana nanica (0,60%) e pão francês (0,21%).

A pequena variação negativa de 0,67% verificada em dezembro foi determinada por alterações pequenas no preço da maioria dos produtos que compõem a cesta básica do paulistano. Leite, farinha de trigo, pão e óleo apresentaram estabilidade. Seis produtos registraram recuo em seus preços: tomate (-8,30%), banana (-5,75%), feijão (-4,44%), manteiga (-1,52%), café (-1,23%) e carne (-0,11%). Apenas três itens subiram: batata (23,18%), arroz (5,79%) e açúcar (3,15 %).

Em dezembro, a aquisição da cesta básica exigiu, por parte do trabalhador que ganha salário mínimo em São Paulo, o cumprimento de uma jornada de 134 horas e 31 minutos, contra 145 horas e 42 minutos, de dezembro de 2004, e 135 horas e 25 minutos, em novembro último. Quando se considera o percentual do salário mínimo líquido comprometido com a compra dos gêneros essenciais, os números são 66,21%, em dezembro passado, 71,72%, em igual mês, em 2004; e 66,66%, em novembro de 2005.

No entanto, quando se calcula a média de horas necessárias para a compra da cesta básica, em todo o ano de 2005, verifica-se que o trabalhador que ganha salário mínimo necessitou cumprir uma jornada mensal média de 137 horas e 43 minutos (cerca de 12 horas a menos que em 2004) e comprometeu, em média, 62,60% do salário mínimo para a mesma aquisição. Estes valores são os menores apurados pelo DIEESE, desde 1982, como pode ser visto na Tabela 2.

Em 1982, o trabalhador que ganhava, então, o salário mínimo comprometia, com a compra dos produtos essenciais, em média, 131 horas e 22 minutos de sua jornada (que, na época, legalmente chegava a 240 horas) ou 54,74% de seu rendimento. Ao longo das décadas de 80 e 90, essa correlação aumentou sistematicamente.

Até setembro de 1988, a jornada legal era de 240 horas mensais. Com a promulgação da nova Constituição, em outubro daquele ano, houve redução para 220 horas. O tempo de trabalho médio necessário para o operário de salário mínimo adquirir a cesta básica registrada em 2005 é o menor em 23 anos.

Tabela 2
Pesquisa Nacional da Cesta Básica
Comprometimento do salário mínimo com a compra da cesta básica
Município de São Paulo – 1959/2004

ANO	CESTA BÁSICA X SALÁRIO MÍNIMO (EM %)	JORNADA DE TRABALHO NECESSÁRIA
1959	27,12	65H 05 MIN
1969	45,97	110H 20 MIN
1979	63,78	153H 04 MIN
1980	65,57	157H 22 MIN
1981	62,36	149H 40 MIN
1982	54,74	131H 22 MIN
1983	73,56	176H 33 MIN
1984	81,10	194H 38 MIN
1985	74,38	178H 30 MIN
1986	78,89	189H 20 MIN
1987	86,86	208H 28 MIN
1988 ⁽¹⁾	71,34	167H 48 MIN
1989	77,88	171H 20 MIN
1990	92,42	203H 19 MIN
1991	74,79	164H 32 MIN
1992	85,56	188H 14 MIN
1993	78,07	171H 46 MIN
1994	102,35	225H 10 MIN
1995	99,69	219H 18 MIN
1996	88,08	193H 46 MIN
1997	81,32	178H 56 MIN
1998	81,98	180H 22 MIN
1999	79,86	175H 42 MIN
2000	78,47	172H 38 MIN
2001	73,51	161H 42 MIN
2002	70,53	155H 10 MIN
2003	73,20	161H 04 MIN
2004	68,09	149H 48 MIN
2005	62,60	137H 43 MIN

Fonte: DIEESE

Nota: ⁽¹⁾ De janeiro a setembro, foi considerada a jornada legal de 240 horas. De outubro a dezembro, 220 horas.